

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.708 - MG (2019/0296461-0)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : JOSE ANTONIO DE MOURA (PRESO)  
**RECORRENTE** : CLEONICE FRANCISCA DE LIMA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RENATA APOLINARIO DE CASTRO LIMA - MG180004  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JOSE ANTONIO DE MOURA e CLEONICE FRANCISCA DE LIMA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do Habeas Corpus n. 1.0000.19.081567-0/000.

Depreende-se dos autos que os recorrentes encontram-se presos preventivamente desde 06/01/2019, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/06.

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Aduzem os recorrentes, em breve síntese, estar configurado o constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa.

Afirmam que já estão presos há mais de 180 dias sem que exista data para o início da instrução processual, mormente por ainda não terem sido intimados para a apresentação de respostas à acusação.

A recorrente Cleonice sustenta estar detida em cela comum, mesmo possuindo graduação em nível superior devidamente comprovada, situação não apreciada pela instância competente.

Requerem o provimento do recurso para que seja deferida a liberdade aos recorrentes, expedindo-se o devido alvará de soltura.

É o relatório.

Com efeito, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 309-312):

[...]

*No caso, verifica-se que a pretensão liberatória em apreço não merece acolhimento, vez que, consoante se infere dos autos, a mora processual se deu devido à complexidade do feito, que envolve apuração de delitos graves, com multiplicidade de réus e de condutas, o que comporta, portanto, uma maior dilação dos prazos para análise mais acurada.*

*Ademais, como se denota das informações prestadas pela autoridade indigitada coatora (documento de ordem n. 35, fls. 01/02), foi determinada a notificação dos pacientes para apresentarem defesa prévia, não tendo, contudo, estas sido apresentadas até 16/08/2019 (data em que tais*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*informações foram prestadas). Assim, foi determinado que se certificasse nos autos se os pacientes foram regularmente notificados e se houve a apresentação das defesas. Certo é que o Magistrado primevo está tomando as providências necessárias para o prosseguimento da instrução processual.*

*Ressalto, ainda, que embora o D. Procurador de Justiça alegue em seu parecer (documento de ordem n. 36) que os advogados de defesa só foram devidamente intimados em 27/08/2019, mediante consulta à movimentação processual no sítio eletrônico do TJMG, entendo que não é possível constatar a procedência de tal informação.*

*[...]*

*Noutro norte, verifico do diploma anexado aos autos (documento de ordem n. 12) que a paciente Cleonilde Francisca de Lima possui, de fato, graduação em curso superior, sendo bacharel em Serviço Social. Todavia, a parte impetrante não juntou nenhum documento que comprove que ela se encontra acautelada em cela comum, motivo pelo qual não há como se constatar que a requerente esteja sofrendo qualquer constrangimento ilegal.*

*[...]*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estariam sendo vítimas os recorrentes.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

